



Nº 831 Este caderno faz parte integrante do Diário de Notícias nº 57 062

ESTUDO
Em tempos de crise, gestoras centram investimentos em tecnologia e abandonam ESG

PÁG. 3

COMPLEMENTO SOLIDÁRIO IDOSOS
Governo assume derrapagem de 36% no CSI, mas continua a fazer contas por baixo

PÁG. 8

IMPOSTOS
Veja tudo o que vai mudar no IRS a pagar no próximo ano, com as simulações da Deloitte fez para o DV

PÁG. 10-11

Eólica ‘off shore’ avança e será reforçada depois de 2030

Medida consta da proposta de Orçamento do Estado para 2026, apresentado ontem pelo Governo PÁG. 09



“No atual panorama, Portugal precisa cada vez mais de investimento estrangeiro”

ENTREVISTA COM PATRÍCIA BARÃO

PÁGS. 4-5

Especial
OE2026:
Leia as principais linhas do documento

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, apresentou a proposta de OE um dia antes de terminar o prazo.
PÁGS. 6-15



Um Estado seletivamente voraz

NUNO VINHA
Diretor-Adjunto do
Diário de Notícias

Joaquim Miranda Sarmento teve alguma dificuldade em disfarçar a desfeita. Em dia de apresentação do Orçamento do Estado para 2026, o ministro das Finanças teve de explicar aos jornalistas, em conferência de imprensa e entre muitas outras medidas, o impacto do fim da taxa adicional de solidariedade sobre os lucros da banca. E pareceu estar a contragosto nesta matéria. “Esta taxa foi criada em 2020 e ajudou vá-

rios dos meus antecessores na execução orçamental. A decisão agora prejudica a nossa execução orçamental em 200 milhões de euros”, salientou.

A decisão a que se refere Miranda Sarmento não é outra senão um acórdão do Tribunal Constitucional que considera a taxa adicional aplicada à banca viola a proibição do arbítrio e a igualdade tributária.

A frase de Miranda Sarmento contém algum veneno, na medida em que põe em causa a “bondade” de uma taxa adicional criada no tempo da Geringonça (e em plena pandemia, já agora), que agora o governo de direita da AD não só tem de eliminar do Orçamento como tem de criar condições para restituir 180 milhões mais juros ao setor.

O adicional sobre a banca não era caso único. Nem foi a única a ser eliminada do OE para 2026. Miranda Sarmento não chegou a falar dela na apresentação do documento, mas pela porta fora vai também a CESE, a Contribuição Extraordinária Sobre o Sector Energético.

Esta contribuição deveria ser um caso de estudo sobre a voracidade fiscal do Estado português. Criada em 2014, quando a Troika exigia o cumprimento do plano assinado pelo PS e pelo PSD para um resgate de 79 mil milhões de euros, a CESE tinha como finalidade reduzir o défice tarifário do setor elétrico (na altura, um problema grave) e financiar políticas sociais e ambientais no setor energético. E apesar de ter sido apresentada como temporária, durou mais de uma dé-

cada. Nesses dez anos absolutamente “extraordinários”, os sucessivos governos fizeram uma coleta acumulada de mais de 1.120 milhões de euros. É claro que não o fizeram sem luta. As empresas do setor da energia sempre a contestaram e a Galp desde há muito se recusou terminantemente a pagá-la. O Tribunal Constitucional foi chamado a pronunciar-se sobre ela pelo menos em oito acórdãos. Tudo acabou numa decisão sumária, seis anos depois de se ter pronunciado pela primeira vez sobre a inconstitucionalidade da taxa.

Existem ainda contribuições extraordinárias sobre a Indústria Farmacêutica e sobre a indústria de dispositivos médicos. Foram criadas em 2015 para financiar o SNS, o Serviço Nacional de Saúde. Em 2023, renderam 26 milhões ao Estado.

O facto de o Estado o fazer quando impõe aos contribuintes uma carga fiscal que representa mais de um terço do PIB nacional (era de 35,2% em 2023 e Miranda Sarmento estima que será uns amenos 34,7% no próximo ano), é bastante elucidativo.

E a questão principal aqui é que o Estado português tem vindo a procurar e a encontrar setores que o contribuinte comum considera alvos legítimos. Alvos legítimos para impostos disfarçados de taxas ou camuflados como contribuições temporárias.

Ontem a banca e o setor energético, hoje as farmacêuticas, amanhã os unicórnios tecnológicos que saem ainda quentinhos da fábrica.



O Estado tem vindo a procurar e a encontrar setores que o contribuinte comum considera alvos legítimos para impostos e taxas disfarçadas



Gestoras dizem que ainda não há transparência na decisão do valor dos salários dos homens versus o das mulheres.

DIREITOS RESERVADOS

Em tempos de crise, gestoras centram investimentos em tecnologia e abandonam ESG

A introdução da Inteligência Artificial generativa é agora a prioridade das líderes de empresas, revela estudo da KPMG. A maioria acredita que não terá impactos relevantes no número de empregos, mas vai exigir mais qualificações dos colaboradores.

TEXTO **SÓNIA SANTOS PEREIRA** sonia.s.pereira@dn.pt

O futuro apresenta-se incerto, com inúmeros desafios políticos, económicos e sociais a nível mundial. É um contexto difícil para as empresas, que somam ainda a disrupção do mercado de trabalho com a introdução da Inteligência Artificial (IA) generativa. As mulheres estão particularmente preocupadas com estes tempos de crise. O Global Female Leaders Outlook, um estudo promovido pela KPMG, é claro: 40% receiam um conflito armado. Um quadro que coloca quase dois terços das 475 gestoras, de 46 países, que participaram no relatório, a afirmar que as suas empresas enfrentam uma pressão acrescida devido à atual complexidade geopolítica.

Este contexto mundial vem alterar as prioridades das gestoras. De acordo com o estudo, mais de metade das mulheres considera uma prioridade investir em tecnologia e em IA, mas admite ser difícil manter os investimentos em critérios ESG - Environmental, Social, and Governance (indicadores ambientais, sociais e de governação corporativa, que permitem medir o grau de compromisso das organizações face aos objetivos do desenvolvimento sustentável), que em estudos anteriores foram considerados uma prioridade.

Pela primeira vez em cinco anos, o foco da maioria das gestoras inquiridas está na aquisição e implementação de novas tecnologias, com destaque para a IA

generativa. De 2023 para 2025, a percentagem de administradoras que afirma querer investir em tecnologia cresceu 30%, aponta o estudo. Para 80% das participantes, a IA generativa não irá provocar diretamente perda de postos de trabalho, mas irá exigir mais qualificações e formação dos colaboradores. Ainda assim, existem 15% de gestoras a acreditar que irá eliminar mais empregos do que aqueles que criará. Apenas 5% preveem que a IA generativa fomentará mais criação de emprego do que eliminará.

Para estas mulheres, as maiores vantagens da IA nas empresas prendem-se com o aumento da eficiência e da produtividade (57%) e com a análise de dados mais rápida (15%). No entanto,

este processo de atualização tecnológica não se apresenta simples. Para 40% das participantes no estudo, um dos maiores desafios é a rápida e eficiente integração das novas tecnologias e da IA nas organizações. Perto de dois terços, espera um retorno deste investimento no espaço de três anos.

A implementação de critérios ESG nas empresas, cuja importância está a ser abalada pelo difícil contexto geopolítico e incerteza económica, tem muito ainda para andar. E as mulheres demonstram ceticismo em alguns pontos. Por exemplo, 94% das gestoras acreditam que só dentro de 30 anos será possível atingir a igualdade de género nos conselhos de administração,

mesmo quando três quartos defendem que é muito importante essa meta para garantir uma melhor performance e um maior crescimento da empresa. O relatório da KPMG revela também que 62% já viveram situações de discriminação de género em contexto profissional nos últimos três anos e 47% admitem que ainda não há transparência na decisão do valor dos salários dos homens versus o das mulheres.

E as portuguesas?

As opiniões das 30 gestoras portuguesas que participam neste estudo estão em linha com a globalidade das inquiridas, embora apresentem um tom mais otimista. A maioria está confiante no crescimento da empresa, do setor onde operam e do país, mas quando o tema é a economia global só 39% está convicta que segue por bom caminho. Os conflitos bélicos na Europa e no Médio Oriente, e as instabilidades de governação em alguns países mais influentes, estarão a impactar essa visão.

As mulheres portuguesas reconhecem também que a prioridade atual de investimento deve ser a IA generativa (60,7%), sublinhando que permitirá aumentar a eficiência e produtividade da organização. Para as gestoras, esta nova ferramenta tecnológica não terá impacto no número de empregos, mas exigirá uma requalificação dos trabalhadores em algumas áreas. Os maiores desafios à introdução da IA nas empresas são a compreensão e adoção entre colaboradores (42,9% consideram um desafio significativo), capacidades técnicas (32,1%) e custos de implementação (25%).

Segundo revelaram no estudo, o trabalho árduo (54%), a determinação (39%) e pensamento estratégico (32%) foram os traços fundamentais para o seu sucesso profissional.

Para este relatório, a KPMG contou com a participação de 475 mulheres (30 portuguesas), das quais 46% ocupam cargos de liderança e 33% contam mais de 20 anos de experiência em gestão. Quase metade trabalha em empresas que geram receitas iguais ou superiores a 500 milhões de dólares anuais (cerca de 428 milhões de euros). A larga maioria (74%) é mãe e teve de mudar de empresa pelo menos uma vez para subir na hierarquia (82%).

“Olhando para o panorama, cada vez mais Portugal precisa de investimento estrangeiro.”

PATRÍCIA BARÃO Mercado imobiliário espera que aumento do IMT para não-residentes, medida para a Habitação apresentada pelo Governo, seja reavaliado, diz a *partner* **residencial** da Dils Portugal.

TEXTO **CAROLINE RIBEIRO** caroline.ribeiro@dn.pt

Patrícia Barão está a marcar o seu primeiro ano como *partner* da área residencial da Dils Portugal, que detém, atualmente, um portfólio de 47 nacionalidades entre os seus clientes. Na sequência do anúncio do novo plano do Governo para a Habitação, a executiva avalia que a proposta de aumentar o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) para os não-residentes - exceto os emigrantes - pode “passar para o mercado” a imagem de que “Portugal já não precisa de estrangeiros”, quando o cenário, aponta, é precisamente o contrário. No que toca ao cenário da imigração em geral no país, afirma que é um contexto que “não nos deveria espantar” e que é este movimento que vai ajudar “a fazer crescer a nossa economia”.

Como é que avaliam algumas dessas medidas que foram colocadas? O IMT mais caro para não-residentes, um IVA que descena construção e no arrendamento, licenciamento com menos controlo prévio?

Basicamente, o grande objetivo que está por trás de todas estas medidas é trazer oferta nova para o mercado, de casas que os portugueses possam pagar, quer para comprar, quer para arrendar. Portanto, quando nós falamos dessas medidas, nomeadamente a descida do IVA de 23% para 6%, naquilo que for construção considerada de rendas moderadas, que vão até 2.300 euros, e para a aquisição até 648.000 euros, estamos a falar, no fundo, do segmento onde as famílias portuguesas conseguem chegar. Se olharmos para os dados do

INE do último trimestre deste ano, vemos que o valor dos imóveis teve um aumento de 17,2%. Ou seja, houve um aumento considerável naquilo que são os valores do imobiliário residencial. E isso deve-se, precisamente, ao desequilíbrio que existe entre aquilo que é a dinâmica da procura e aquilo que é a oferta existente. Nós vemos que as famílias portuguesas são as que mais compram habitação e nós temos que trazer uma oferta que responda àquilo que são as necessidades dos portugueses. Portanto, estas medidas vêm responder a isso.

Nos dados do INE mais recentes, 88% da compra dos imóveis para residências são de compradores nacionais, para a finalidade de habitação própria. Isso também dá sinais de qual é a necessidade do mercado nesse momento.

Muitas vezes, nós que somos *players* do mercado, ouvimos o comentário de que os estrangeiros são os causadores deste aumento de preços. Quando nós olhamos para os factos, para os números,

“Portugal tem que olhar para os estrangeiros de forma mais cuidada, não lançar medidas sem medir o impacto que isto pode ter naquilo que é a dinâmica do setor.”

vemos que 95% das compras de imóveis, pelo menos neste último trimestre, são portugueses. Ou seja, temos apenas 5% de clientes estrangeiros a comprar casa. E nós também sabemos que o *ticket* de um cliente internacional é muito superior àquilo que é o *ticket* normal de compra de habitação de um cliente doméstico. Portanto, o mercado imobiliário tem vários segmentos, nós temos que trazer oferta para todos.

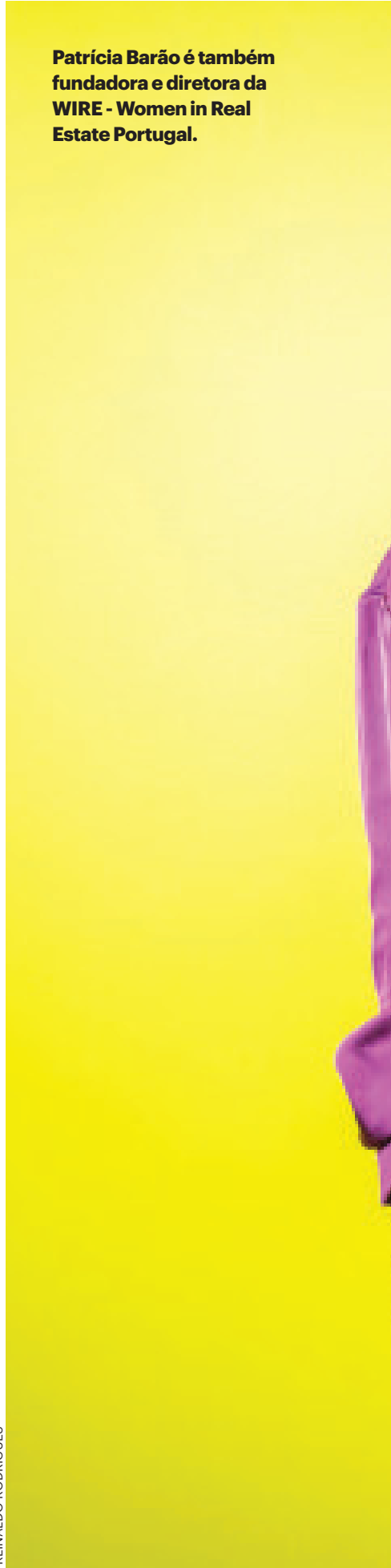
Esses 5% que ficaram com os estrangeiros no final do primeiro semestre deste ano, representam inclusive uma redução em comparação com o período homólogo de 2024. Não é que os estrangeiros não tenham mais interesse, porque, por outro lado, Portugal continua sendo extremamente atrativo para esses investidores. Mas o que pode significar então essa quebra?

O *ticket* médio de um cliente internacional ronda os 750 mil euros. Não é este o *ticket* médio do cliente nacional. Em 2024, foram 6,5% os clientes internacionais e os números dizem-nos que estamos [este ano] nos 5% de clientes internacionais. É muito, porque o mercado doméstico está a ganhar expressão. Nós temos efetivamente uma grande procura e um aumento da procura de habitação pelos portugueses. Os estrangeiros continuam muito interessados em investir em Portugal. Nós somos um ótimo exemplo disso, porque grande parte dos nossos clientes são clientes estrangeiros e vemos cada vez mais nacionalidades a olhar para Portugal. Somos um país seguro, temos uma qualidade de vida única, oferecemos condições excelentes para que os estrangeiros se apaixonem pelo nosso país. E nós precisamos do investi-

mento estrangeiro também para dinamizar a nossa economia. A medida do aumento do IMT é um sinal que não é positivo neste momento. Nós podemos estar a passar para o mercado internacional que Portugal já não precisa dos estrangeiros, ou pelo menos que está a aumentar aquilo que é um imposto com algum impacto na aquisição de casas por estrangeiros em Portugal. Portanto, quanto a nós, essa é uma medida que deve ser reavaliada e que nós esperamos que, efetivamente, venha a ser repensada.

Pode fazer chegar uma mensagem negativa? Se nós falamos aqui numa redução na área residencial, na área comercial, o cenário, quando olhamos para os estrangeiros, é completamente diferente. Das dez maiores negociações que houve este ano em Portugal, as dez são de investidores estrangeiros na área do imobiliário comercial.

Exatamente. No imobiliário comercial, já vai em 1,2 mil milhões de euros investidos. Já é um indicador que, de facto, o imobiliário comercial está com uma expressão muito superior, pelo menos, àquilo que foi o ano passado. E temos claramente o mercado internacional a dominar esses números. E isso é mais uma vez uma prova que Portugal continua no radar daquilo que são os investidores imobiliários, das grandes empresas que, no fundo, querem investir em projetos imobiliários com grande dimensão. E olhando para todo o panorama, percebemos que, cada vez mais, Portugal precisa de investimento estrangeiro e tem que olhar para os estrangeiros de uma forma mais cuidada, não lançar estas medidas sem medir o impacto que isso pode ter



Patrícia Barão é também fundadora e diretora da **WIRE - Women in Real Estate Portugal**.

REINALDO RODRIGUES

depois naquilo que é a dinâmica do setor.
Ou seja, na sua opinião, é preciso ainda refletir a questão do imposto para os não-residentes, no impacto que isso poderá ter?
Exatamente. Na maioria, as medi-



das são efetivamente boas e são medidas que o mercado aceitou de uma forma muito otimista. O tema do agravamento do IMT é uma medida que nós esperamos que possa ser reavaliada no futuro. **Entre os principais compradores,**

um em cada cinco clientes é brasileiro. O brasileiro é o nosso principal cliente, quando olhamos para os clientes estrangeiros. E tem muito a ver também com o portfólio que a Dils comercializa. O brasileiro e o

português têm uma ligação muito forte, falamos a mesma língua, conhecemos muito bem aquilo que são as dinâmicas uns dos outros. Nós vivemos sempre um pouco em contraciclo. Quando Portugal está, falando de nível de macroeconomia, em alguns picos, às vezes o Brasil está no pico oposto, e isto também tem ajudado de alguma forma a dinâmica dos brasileiros a comprar a casa. E os brasileiros continuam apaixonados por Portugal, no sentido em que continuam a olhar para localizações como Cascais, como Estoril, como Lisboa, como a Comporta, o Algarve, e de facto há uma oferta de imóveis que é muito atrativa para nós continuarmos a ter essa nacionalidade connosco.

Qual é o top cinco de clientes estrangeiros na vossa cartela? Os norte-americanos têm também descoberto Portugal. **Perceberam uma tendência nesse último ano?**

Sem dúvida. Estão até muito próximos daquilo que são os negócios com os clientes de nacionalidade brasileira. Depois também temos os europeus. Os franceses, os belgas, os alemães, que continuam a comprar também muitas casas. No total temos 47 nacionalidades diferentes e estão sempre a aparecer clientes vindos de países com contextos completamente diferentes e que continuam a chegar a Portugal e a ver que realmente viver ou passar temporadas em Portugal faz sentido naquilo que é o seu contexto.

Uma outra discussão que está completamente ligada à questão do estrangeiro em Portugal, que são as políticas para imigração, a lei de estrangeiros. Notam alguma preocupação da parte de quem ainda não está em Portugal, mas faz o seu planeamento para um investimento? A vossa equipa tem elementos que prestam assessoria neste tema?

Nós temos consultores e consultoras de várias nacionalidades, isso faz com que haja uma certa proximidade quando nós olhamos para pessoas que vêm de outros países viver para Portugal. O contexto da imigração é um contexto não nos deveria espantar. Nós estamos habituados na nossa história também a emigrar, portanto, receber imigrantes para nós deve ser visto como um tema muito positivo. Nós precisamos muito destes 1,5 milhões de imigrantes que temos e cada vez mais o aumento destes imigrantes é maior. Temos que olhar para este tema com muita

“Nós precisamos destes 1,5 milhões de imigrantes que temos (...) que são quem nos vai ajudar, depois, a fazer crescer a nossa economia.”

frontalidade, porque isso faz com que nós cheguemos mesmo à conclusão de que temos que criar condições e temos que ter uma oferta de habitação que vá ao encontro desta nova população que chega ao nosso país. Essa é uma obrigação dos portugueses, é uma obrigação nossa. Nós olharmos e prepararmos o país para receber estes imigrantes que são quem nos vai ajudar depois a fazer crescer a nossa economia, porque se não fossem os imigrantes nós não íamos conseguir sequer manter uma série de... Nem vou entrar em pormenores, mas nós olhamos para o setor da construção. Construímos 26 mil casas por ano e se formos olhar para quem está a construir estas casas, vamos certamente chegar à conclusão que não são, ou pelo menos que a maioria, não são portugueses, são efetivamente estrangeiros que nos vão ajudar neste desafio.

A Patrícia agora marca um ano da posição como partner na área residencial da Dils, trazendo 20 anos de experiência de trabalho na área. Qual é a sua avaliação do mercado ao longo deste ano em Portugal?

Olho para este ano comparativamente ao ano passado e o que eu posso dizer é que sinto o mercado mais profissional, mais preparado. Eu sinto que já se passou um pouco aquilo que era a euforia que houve há uns anos atrás, porque se olharmos para os números, nós realmente tivemos aqui uma grande dinâmica do mercado residencial e realmente havia muitos players no mercado, havia algum ruído. E eu agora sinto que o mercado está a ficar mais profissional, mais consolidado, onde de facto vender um ativo imobiliário exige uma grande preparação, exige tempo, exige dedicação. Noto realmente uma grande evolução nes-

se sentido e eu acho que este ano fica muito marcado por isso. Eu já comecei a minha vida no imobiliário há muitos anos atrás e, cada vez mais, sinto mais que é o espaço onde eu gosto de estar e onde eu me sinto realizada.

A Patrícia é fundadora e diretora da WIRE, que é a Women in Real Estate aqui em Portugal, ou seja, mulheres no imobiliário. Essa profissionalização também podemos dizer que vem daí, da maior presença de mulheres também nesse setor?

Não tenho dúvida absolutamente nenhuma. Quando comecei éramos muito poucas mulheres no setor. Eu comecei a minha carreira na promoção imobiliária e realmente quando nós olhávamos para os boards das empresas eram maioritariamente homens, para não dizer na totalidade dos homens. Hoje em dia já não, já vemos as mulheres a ter algum destaque e eu acho que isso é claramente um indicador muito positivo. Porque quando nós olhamos agora para esta nova realidade da Inteligência Artificial, que eu gosto de chamar ‘inteligência alternativa’, nós vemos que, muito em breve, este mercado vai mudar, até, se calhar, mais rápido do que nós pensamos, e nós estamos a caminhar para que, de facto, as máquinas possam substituir aquilo que nós fazemos nesta componente intelectual. Nós olhamos para a Revolução Industrial e tínhamos as máquinas a substituir aquilo que era o empregado, e agora, nas funções mais rotineiras, esta nova realidade é para substituir o homem naquilo que são funções onde efetivamente a inteligência vai ser, no fundo, substituída. E o que nos vai restar é esta capacidade humana. Há quem chame soft skills, mas eu acredito que é a humanidade, esta componente humana de nós trazermos o humanismo às relações e esta humanidade às empresas. Portanto, quem conseguir, no fundo, trazer esta relação humana, criar esta relação com o outro, vai conseguir, no fundo, sobreviver àquilo que vai ser esta revolução que nos vai trazer a Inteligência Artificial - barra - alternativa. E as mulheres estão mais preparadas para isso. A mulher tem, enfim, não temos só uma série de características diferentes dos homens, até pelas questões hormonais, mas a mulher está mais preparada para trabalhar a questão da relação com o outro. Somos mais desafiadas a fazer isso. E então, vamos estar certamente mais preparadas para lidar com esta mudança que vai haver no mundo do que os homens, assim espero.

Margem para outras medidas “é quase zero”, é preciso gastar o PRR e Defesa pode exigir muito mais

“Um excedente de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB)” dá “cerca de 230 milhões de euros”, pelo que “se o país não quer voltar a entrar num défice, obviamente que a margem é próxima de zero, os números são o que são”, atirou Miranda Sarmento.

TEXTO **LUÍS REIS RIBEIRO** luis.ribeiro@dn.pt

A economia portuguesa deve manter o ritmo de crescimento, acelerando ligeiramente de 2% este ano para 2,3%, a criação de emprego abranda para cerca de metade (de 1,7% em 2025 para 0,9% em 2026), mas o governo vai avisando que o caminho é estreito nas contas públicas, que obviamente que a margem para novas medidas, além das que encaixam no novo Orçamento, “é próxima de zero”.

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, apresentou esta quinta-feira a proposta do Orçamento do Estado para 2026 (OE2026) depois de a entregar no Parlamento onde, espera, haja bom senso para não descarrilar o “equilíbrio”.

O Salão Nobre estava apinhado de gente, muitos jornalistas e profissionais da televisão, da rádio, dos sites, mais dezenas de trabalhadores das Finanças a quem Sarmento muitas e várias vezes agradeceu pelo empenho na elaboração da proposta de OE 2026. Foi várias vezes aplaudido pelos funcionários que estavam em pé e pelos que conseguiram um lugar sentado, também.

Segundo o governante é preciso sustentar o motor deste crescimento, o investimento, muito apoiado agora pela componente pública (e as verbas do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência,

que puxam pela despesa), e acautelar perigos e despesas que podem surgir, como os quase garantidos reforços na área da Defesa, que podem ascender a 1,2 mil milhões de euros, quantificou o governante. Isto numa conjuntura que, concedeu, é menos propícia às exportações por causa da guerra comercial, das tarifas dos Estados Unidos (do governo de Donald Trump).

O cenário das Finanças para 2026 ainda assenta muito no avanço dos impostos, que acontece num contexto de menos benesses no IRS (face a este ano), mas mais no IRC, que continuará a descer, como já prometia o governo no programa com o qual ganhou as eleições.

Miranda Sarmento explicou que “um excedente orçamental de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB)” dá “cerca de 230 milhões de euros”, pelo que “se o país não quer voltar a entrar num défice, obviamente que a margem é próxima de zero, porque os números são o que são”.

Na conferência de imprensa, o ministro acrescentou que “o Parlamento terá que decidir, se quer manter o equilíbrio das contas públicas”, frisou que “não há propriamente margem para medidas adicionais”, mas essa é uma decisão que emergirá dos partidos no Parlamento. “Os grupos parlamentares e os deputados

únicos farão as propostas de alteração que entenderem”, depois logo se vê.

Mas o que é bom de ver, continuou, é que “em 2023 a dívida pública fechou em 97,9% do PIB, o ano passado 24% em 95,9%, este ano em 2025 muito perto dos 90% e no próximo ligeiramente abaixo dos 88% do PIB.

Trata-se de “um esforço que o país tem vindo a fazer desde a crise das dívidas soberanas e desde o programa de ajustamento e que o país tem de continuar a fazer”.

“É fundamental, nesta fase do ciclo económico, em que temos crescimento, em que estamos próximos do pleno emprego, continuar a ter equilíbrio orçamental e a reduzir a dívida pública três, quatro pontos percen-



“É fundamental, nesta fase em que temos crescimento e estamos próximos do pleno emprego, continuar a ter equilíbrio orçamental e a reduzir a dívida pública”



GERARDO SANTOS

tuais ao ano, de forma a chegar ao final da década com uma dívida pública abaixo dos 80% do PIB”. Para Sarmento “só isso protegerá o país de choques externos e da instabilidade que sabemos que existe e, sobretudo, da vulnerabilidade que pode surgir nos mercados pelo facto de grandes países europeus estarem hoje com situações de dívida pública não só acima de 100% do PIB como, em alguns casos, com trajetórias de dívida pública ascendentes de crescimento e não de redução, como é o caso de Portugal”. Estaria certamente a pensar em França, o segundo maior país da Zona Euro, mas não nomeou.

Sobre a despesa que está por vir e que condiciona o saldo orçamental e obriga a contenção noutras áreas, o ministro das Finanças defendeu que “se não tivéssemos empréstimos PRR, não estaríamos a fazer alguns projetos e alguma despesa”, “teríamos 0,8% do PIB de margem”. Mas, “se queremos disputar a totalidade do PRR [executar tudo do pacote destinado a Portugal, avaliado

em mais de 22 mil milhões de euros a executar até meados de 2026] e manter equilíbrio orçamental”, o governo precisa de ter “um saldo de cerca de 230 milhões de euros positivo”, como referido.

Sobre a necessidade de reforçar o sector militar, fruto das obrigações acordadas com a NATO para responder à ameaça da Rússia e outras, Sarmento lembra que “a defesa tem, no seu programa orçamental, um reforço significativo” e “tem adicionalmente 1,2 mil milhões de euros na dotação do capítulo 60, que é uma reserva que existe no Ministério das Finanças. Portanto, nós neste ano de 2025 chegaremos aos 2% do PIB de despesa com Defesa e no próximo a percentagem continuará a subir, os empréstimos SAFE [fundos europeus dedicados à área militar e tecnológica] vão decorrer ao longo de vários anos, o programa ainda não está fechado, mas tem de ficar fechado até ao final do ano”.

A despesa que está prevista para o próximo ano em Defesa

0,1%

Governo aponta para excedente público de 0,1% do PIB em 2026 e avisa que prioridade é reduzir a dívida até 80% no final da década



José Luís Carneiro admite que Governo “correspondeu às exigências do PS” e viabilização fica à vista

Chega e IL criticam “elevada carga fiscal” e não garantem o sim. Livre não declara sentido de voto, tal como PAN, JPP e Bloco. Mortágua é tão crítica como o PCP, o único que já assume “combate” ao OE.

TEXTO **FREDERICO BÁRTOLO, LEONARDO RALHA, RUI MIGUEL GODINHO E VÍTOR MOITA CORDEIRO**

“tanto pode ter financiamento de orçamento, como pode ter financiamento SAFE, é algo que ficará fechado até ao final do ano”.

Para haver margem na Defesa e noutras prioridades do governo, as Finanças inventaram um novo esquema de cativações. Com o OE 2026, deixa de haver exceções como até aqui na Saúde e na Educação. Todos os ministérios têm de reservar 5% do seu orçamento, à cabeça, e depois cada ministro decidirá. O ministro de Estado das Finanças também terá muito a dizer sobre isso.

Sarmento explicou que “o que existia em 2024 era uma reserva sectorial em que se identificava percentagens sob determinadas despesas e um conjunto de entidades em cada ministério, ou em alguns dos ministérios, que estavam excluídos dessas percentagens de cativações”.

Em 2025, “começamos a mudar este processo para dar mais flexibilidade orçamental e gestão aos ministérios”. Com este OE 2026, “já não colocámos na Lei do Orçamento entidades excluídas”. “O

que agora fazemos é, em vez de definir quais são as percentagens que estão cativas em determinadas despesas, dizemos que há uma percentagem de 5%, que é a reserva de cada ministério, para ser usada em caso de necessidade ou em função daquilo que sejam as prioridades de cada ministro”.

Quanto à habitação, o maior nó górdio da economia portuguesa (e não só), Miranda Sarmento respondeu que “as medidas da habitação estão em processo final legislativo e portanto, a seu tempo, conheceremos os seus impactos”. “Em todo o caso as medidas em sede de IRS só terão impacto em 2027, uma vez que aplicar-se-ão aos rendimentos de 2026 e a tributação das rendas é feita na declaração de IRS, à taxa autónoma de 25% ou agora de 10% para rendas moderadas, e a dedução à coleta também é feita na declaração”. “Portanto, são medidas que irão vigorar em 2026, mas com efeitos apenas quando as pessoas entregarem a declaração de IRS de 2026”, em abril-maio do próximo ano.

José Luís Carneiro não deixou taxativa a viabilização do Orçamento de Estado, mas reconheceu que Luís Montenegro cumpriu os pedidos do Partido Socialista e que tal merece ser admitido e pensado para a votação.

“O Governo correspondeu às exigências do Partido Socialista, nomeadamente nas questões laborais que eram, para nós, uma matéria vital à nossa opção política. Também correspondeu em relação aos serviços de saúde e à Lei de Bases da Saúde, em relação à Segurança Social e ainda ao tratamento, fora do Orçamento, de questões de natureza fiscal”, pronunciou-se na Maia, admitindo mesmo que dará estabilidade governativa: “Porisso mesmo, respeitarei e honrarei a palavra que dei aos portugueses de contribuir para a estabilidade política.” Desviou-se depois da resposta explícita quanto à viabilização do Orçamento: “Tenho a intenção de, na próxima semana, ouvir a direção da banca parlamentar e a Comissão Política Nacional.” Deixou o alerta de que “a previsão da redução de receita em IRC de 2% e aumento da receita em IRS em 5,5%”, significa que “são rendimentos das famílias que estão a suportar as opções de política fiscal do Governo.”

O Chega, segunda força política no Parlamento, foi mais crítico, apesar de ter visto satisfeito o au-

mento do valor para a Defesa. Tal como a Iniciativa Liberal, não garante viabilidade ao Orçamento de Estado. “Parece muito negativo. Se o Governo está a contar manter a carga fiscal elevada e aumentar os combustíveis, não há grande caminho para fazer”, disse André Ventura, no Porto, criticando a diminuição dos descontos sobre a taxa de carbono, relativizando, quanto à votação: “É um aviso só daquilo que é para nós o importante. Este foi um documento entregue agora, espero que agora haja condições de ser alterado.” Em Ponte de Lima, Mariana Leitão disse que o documento “não é ambicioso”, antes, sim, “ganancioso para o Estado”, não dando “resposta ao aumento do custo de vida” e apresentando “uma elevada carga fiscal.” “Desde logo, a habitação. Quando é que vão constar as medidas?”, questiona a presidente da IL, sem dizer o sentido de voto.

O Livre referiu a importância dos descontos dos imigrantes para as contas do Governo. “Apesar da Administração Central apresentar um défice, a Segurança Social apresenta um superávit estimado para 2025 de 5,4 milhões de euros, ou seja, um aumento de cerca de 14%. Acabam por ser os trabalhadores que conseguem, de alguma forma, até compensar o défice da Administração Central no Orçamento. Inclusive, trabalhadores imigrantes que descontam”, disse

a deputada Patrícia Gonçalves.

O PAN considera “absurdo” receber o Orçamento de Estado em plena campanha para as Autárquicas, considerando “não ser digno para o debate”, realçando que “fica aquém no alívio no custo de vida dos portugueses e para as empresas que procuram uma economia verde”, disse Inês de Sousa Real. O Juntos Pelo Povo, tal como PAN e Livre, não expressa sentido de voto. Filipe Sousa, apesar dos 14,5 milhões de euros de aumento para as regiões autónomas, aponta a “falta de visão”, embora aplauda a “descida moderada do IRS.”

Paula Santos, do PCP, garante “denúncia e combate” de um documento que se está a “marimbar para os problemas dos portugueses”, realça a passagem de “1500 milhões de euros de recursos públicos para parcerias público-privadas” e a “manutenção da especulação imobiliária.” Mariana Mortágua fala no favorecimento à banca. “Vai ser beneficiada por duas vias. Desce o IRC, o imposto que a banca paga sobre os lucros, e deixa de pagar o adicional de solidariedade”, mencionando a “desigualdade social”. Em Barcelos, a coordenadora do BE apontou que “o caso Spinumviva não é favorável” e que os deputados estariam “demasiado ocupados em campanha para analisar o documento.” Prometeu “ler com cuidado”, mas voto contra parece garantido.



LEONEL DE CASTRO / GLOBAL IMAGENS

CSI. Governo assume derrapagem de 36%, mas volta a fazer “contas por baixo”

Custo do Complemento Solidário para Idosos deverá atingir 552,9 milhões em 2025, muito acima do orçamentado. Em 2026, valor de referência da prestação aumenta 40 euros e Governo prevê gastar 671,8 milhões — mas deixa menos de 2% para novos beneficiários.

TEXTO **FERNANDA CÂNCIO** fernanda.cancio@dn.pt

O Governo estima que as contas de 2025 fechem com uma derrapagem de 146,1 milhões de euros no Complemento Solidário para Idosos (CSI) face ao orçamentado. O custo desta prestação deverá assim atingir 552,9 milhões, mais 36% que os 406,8 milhões previstos no OE2025. Com base nesta projeção, o Orçamento do Estado de 2026 aloca 671,8 milhões para o CSI. Trata-se de um acréscimo de 118,0 milhões (mais 21,5%) face à despesa que agora prevê para 2025.

Este é o primeiro reconhecimento público da aparatosa derrapagem ocorrida em 2025, já que o Governo nunca respondeu às perguntas, quer do DN quer de outros órgãos jornalísticos, a pro-

pósito do descontrolo na despesa associada a esta prestação. Descontrolo para o qual este jornal tinha já chamado a atenção em maio — quando, com base em cálculos próprios a partir do número de beneficiários contabilizados em abril, previu que a despesa com CSI deveria neste ano situar-se entre 523 e 546 milhões (ainda assim abaixo da estimativa agora assumida pelo Governo).

Já o Conselho de Finanças Públicas (CFP), no seu último relatório (setembro 2025) acredita que a derrapagem será ainda maior. Este órgão fiscalizador das contas do Estado projetou para 2025 uma despesa de 577 milhões em CSI, e sem contar, sublinhou, com “a despesa com os benefícios adicionais de saúde (BAS), nomea-

damente com medicamentos gratuitos (...) que até maio de 2025 já totalizava 16,2 milhões de euros”. Concluindo assim que a promessa de aumentar o valor de referência da prestação até 870 euros em 2029 (que o Governo mantém, referindo-a várias vezes no OE2026) “constitui um risco acrescido para a despesa”.

Tanto mais assim é, adverte o CFP, quando “o universo dos potenciais beneficiários” — ou seja, o número de idosos com rendimentos inferiores ao valor base do CSI — é muito considerável.

Somando 40 euros à prestação média (199 euros) dos atuais 230 934 beneficiários, estes consomem mais de 98% da dotação para 2026.

Atuais beneficiários consomem mais de 98% da verba para 2026

Não consta do Orçamento ou dos seus relatórios qualquer projeção quanto ao número de be-

neficiários que poderão, em face do aumento do valor de referência em 2026, ter acesso à prestação.

Nem, tão-pouco, os custos associados ao CSI em termos de “benefícios adicionais de saúde” — a começar pela gratuitidade de medicamentos prescritos, em vigor desde junho de 2024 e cuja despesa disparou desde então (segundo o CFP, totalizava, só até maio, 16,2 milhões de euros, apontando-se assim para uma despesa anual a rasar 40 milhões).

Porém é possível fazer contas simples para chegar ao número de novos beneficiários que “cabem” nas contas do Governo. Assim, atendendo a que a última contabilidade, de agosto de 2025, é de 230 934 recipientes da prestação, e que o valor médio desta é de 199 euros, se adicionarmos a este valor os 40 euros que crescem em 2026 e multiplicarmos o resultado (239 euros) pelo número de beneficiários vezes os 12 meses do ano, o resultado é 662,3 milhões.

O que significa que quase todo o montante — mais de 98% — alocado pelo Governo para a prestação se consome com os atuais beneficiários, sobrando apenas 9,5 milhões de euros.

Se partirmos do princípio (duvidoso) de que só acederá em 2026 à prestação quem até agora, por ter um rendimento mensal de 630 euros, não preenchia o critério, e apenas poderá receber os 40 euros mensais do acréscimo, concluímos que na dotação orçamental cabem menos de 20 mil novos beneficiários.

Recorde-se que, tendo chegado ao governo em abril de 2024, quando o valor de referência do CSI que vigorava era 550 euros, Montenegro decidiu, em junho, subi-lo para 600. Alterou também as regras de acesso à prestação, afastando o rendimento dos filhos do idoso do cálculo, e tornou os medicamentos prescritos inteiramente grátis (a comparticipação adicional, era, até aí, de 50%) para os idosos com CSI.

A projeção do Governo era de que essas alterações atraíssem cerca de 24 mil novos beneficiários. Mas entre janeiro de 2024 e agosto de 2025 entraram 92 960 beneficiários. A subida mais expressiva ocorreu a partir de julho de 2024, mas o número de beneficiários tem estado sempre a crescer: de janeiro a agosto de 2025, contaram-se mais 23 151.

Na primeira fase, os leilões visam 2GW de capacidade.



Energia eólica 'off shore' avança e será reforçada depois de 2030

PRR vai financiar um terço da despesa total em Ambiente e Energia, em 2026, que cresce para 2,5 mil milhões de euros. Energias renováveis, eficiência energética e água são as grandes apostas.

TEXTO **CARLA AGUIAR** carlag@globalmediagroup.pt

O Governo vai dar um novo passo do domínio das energias renováveis, com o lançamento dos concursos para os leilões de produção de energia eólica offshore, correspondentes, para já, a uma capacidade de 2GW até 2030. Os concursos já estão a ser desenhados, refere o Ministério do Ambiente e Energia na proposta de Orçamento do Estado para 2026, apresentada esta quinta-feira, em que admite lançar novos concursos, posteriormente, até uma capacidade superior, de 10GW.

Um terço da despesa total do Ambiente e Energia prevista para 2026 vai ser financiada pelo PRR (Programa de Recuperação e Resiliência). Segundo a proposta de Orçamento do Estado, a despesa

total ascenderá a perto de 2,5 mil milhões de euros, mais 4,9% do que a estimativa para este ano, sendo que o contributo do PRR é de 823,2 milhões. O Ministério do Ambiente e da Energia vai aumentar o investimento direto de 443 milhões, este ano, para 512 milhões de euros. Em causa estão o reforço das redes elétricas, cuja necessidade ficou muito evidente com o apagão de 28 de abril, e da eficiência energética.

Do plano de investimento merecem ainda destaque 18 milhões para o programa fotovoltaico de Alqueva, assinalados no relatório. Apesar do reforço do investimento ter sido bem mais expressivo entre 2024 e 2025, quando pulou de 88 milhões e quadruplicou para 443 milhões de euros, vai ainda assim crescer 69 milhões de eu-

O Governo está já a trabalhar nos concursos para as eólicas offshore e admite que vai lançar novos concursos para uma capacidade superior, até 10 GW.

ros no próximo ano.

As orientações estratégicas do Governo e do ministério liderado por Maria da Graça Carvalho passam por “reduzir a dependência global dos combustíveis fósseis no setor dos transportes, em especial através da eliminação progressiva dos subsídios aos combustíveis fósseis e do investimento em transportes sustentáveis, em especial no transporte ferroviário, tendo em conta as disparidades regionais”. Mas também pela aposta nas energias renováveis, aumento da eficiência e combate à pobreza energética e ainda pelo investimento no aproveitamento dos recursos hídricos, entre outros.

No âmbito daquela estratégia, o Governo vai abrir as comportas para a energia eólica offshore,

com o lançamento dos concursos para os leilões de produção offshore. Nesse sentido vai lançar a iniciativa “Portugal offshore winds”. O ministério afirma que está neste momento a desenhar os concursos. E assume que “posteriormente, e em função da maturidade dos procedimentos e dos projetos a concretizar, poderão ser realizados novos leilões de forma faseada e atribuídas novas capacidades até aos 10 GW”. O objetivo é “reforçar a estabilidade do sistema elétrico, atraindo para o país a cadeia de valor das tecnologias offshore”.

Para isso vai ser criada a Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis (EMER 2030), para tornar o licenciamento mais transparente, ágil e simplificado, que também vai ficar responsável pelas “Áreas de Aceleração de Energias Renováveis” e atribuição de nova capacidade para projetos de renováveis, que a ministra quer revelar em breve.

Os obstáculos ao licenciamento têm sido apontados como entraves ao desenvolvimento deste setor. Graças à boa performance nacional na produção de energia a partir de fontes renováveis _que ultrapassou a quota dos 71% em 2024_, o Governo vai antecipar em quatro anos as metas para a percentagem de renováveis no mix energético, já para 2026. Por isso, vai rever o Plano Nacional Energia e Clima (PNEC 2030), com “metas mais ambiciosas para a redução de emissões e para as energias renováveis”.

Para a agricultura, a ministra destaca o programa para o agrovoltaico, que “potencia as energias renováveis” no setor agrícola e compromete-se a “acelerar o licenciamento do autoconsumo e a instalação de Comunidades de Energia”.

Para promover a reindustrialização verde vai ser criado o estatuto do ‘Consumidor Eletrointensivo’ para baixar a fatura da eletricidade das empresas. No domínio hídrico, a estratégia ‘Água que une’ prevê nove programas estruturantes e 294 medidas para reforçar a sustentabilidade e a segurança de abastecimento de água, com o objetivo também de evitar as perdas de água. Uma das mais importantes será a construção da central de dessalinização do Algarve, com conclusão prevista para 2027, e a construção ou intervenção em cinco barragens, Pomarão, Fagilde, Alportel, Foupana e Pisão.



IRS: escalões atualizados em 3,51%, acima da inflação. Salário mínimo de 920 euros não paga

Na proposta do OE2026 confirmam-se as alterações ao IRS com a atualização em 3,51% dos escalões, abaixo dos 4,6% de atualização dos salários, no privado, previsto no acordo de concertação social.

TEXTO **MARGARIDA VAQUEIRO LOPES E RUTE SIMÃO** margarida.lopes@dn.pt

Na prática, a proposta significa um agravamento fiscal já em 2026, com a atualização automática dos escalões do imposto, a que se junta ainda a redução das taxas em 0,3 pontos percentuais entre o 2.º e 5.º escalões, já aprovada no Parlamento. A taxa do primeiro escalão não sofre alterações (ver tabelas com simulações feitas pela Deloitte, nestas páginas).

A atualização dos escalões que consta da proposta do OE2026 que ontem foi entregue na AR não garante, desta forma, a neutralidade fiscal face ao risco de aumentar para os contribuintes que tiverem subidas salariais superiores a 3,51%.

Quem passa a receber mais arisca, portanto a subir nos escalões do IRS, pagando mais imposto – o que significa que pode ver parte do seu aumento salarial ser ‘comido’ por via deste agravamento.

Desde o OE2025, os contribuintes passaram a ter a garantia de que haverá todos os anos uma atualização de escalões de IRS com nova fórmula legal, em linha com a inflação e o crescimento da produtividade e que tem por objetivo neutralizar o efeito fiscal de aumentos previstos. Mas quanto mais aumentarem os limiares de escalões, menor será a tributação devido à progressividade do imposto, tendencialmente.

A alteração ao código do IRS

que introduziu esta nova fórmula legal foi aprovada em 2024, ficando estabelecido que “salvo disposição em contrário”, no ano seguinte os escalões do IRS são atualizados automati-

camente por um coeficiente que depende da inflação e da produtividade. E a regra é que sejam usados os indicadores disponíveis no terceiro trimestre do ano anterior à entrada em vigor do novo Orçamento. Com esta atualização dos escalões, o Executivo não consegue garantir a neutralidade fiscal aos contribuintes que no próximo ano tenham aumentos de salário de 4,6% – o que ficou previsto, em concertação social, para o setor privado.

No final do segundo trimestre deste ano, a média salarial estava a subir 6%, a um ritmo mais acelerado do que sucedia no primeiro trimestre. Com a estabilização da inflação é de esperar algum abrandamento nas

subidas, mas ainda assim estas deverão permanecer elevadas.

O Conselho das Finanças Públicas assume, para 2026, 4,2% de aumento nas remunerações por trabalhador. Já o Banco de Portugal aponta para 4,1% de subida. Por seu lado, o Governo está a prever uma subida de salários média de 5,3% no próximo ano, muito acima da atualização de escalões.

Salário mínimo de 920 euros vai ficar isento de IRS

O Governo atualizou ainda o valor do mínimo de existência para os 12 880 euros, excluindo, desta forma, as remunerações até 920 euros mensais da tributação. Ou seja, os trabalhadores que ganham o Salário Mínimo Nacional (SMN) ficam também isentos de pagamento do IRS em 2026, tal como acontece atualmente.

O Governo confirmou a atualização do SMN no próximo ano para os 920 euros, conforme definido no acordo plurianual assinado em Concertação Social, uma subida de 50 euros face aos atuais 870 euros, segundo o relatório que acompanha a proposta de Orçamento do Estado para 2026 (OE2026), entregue no Parlamento esta quinta-feira, 9 de outubro.

“Ao mesmo tempo, o XXV Governo impulsionará o crescimento dos salários, seguindo a trajetória iniciada pelo anterior de aumento do salário mínimo até aos 1100 euros no final da legislatura — este ano (2026), com um aumento de 50 euros mensais, para os 920 euros — e de valorização de carreiras da Administração Pública”, lê-se no documento.

Depois de, no início da semana, a ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, ter afirmado que o Governo “não abre nem fecha a porta” a um aumento do SMN acima dos 920 euros em 2026, o ministro das Finanças escusou-se a adiantar se o Executivo estaria disposto a ir mais além.

“É uma matéria em discussão em Concertação Social e não me vou imiscuir nessa discussão aqui neste local. Existe o fórum próprio da Concertação Social e é lá que deve ser discutido”, respondeu, ontem, Joaquim Miranda Sarmento aos jornalistas durante a conferência de imprensa para a apresentação do OE2026.

O Governo confirmou a atualização do SMN no próximo ano para os 920 euros.

Veja tudo o que vai mudar no seu IRS em 2026

Solteiro, sem dependentes

2025					2026		Variação 2025-2026	
Escalão	Salário mensal	Salário Anual	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido
II	1 150	16 100	1 330	12 999	1 293	13 036	-37	37
III	1 300	18 200	1 753	14 445	1 680	14 518	-73	73
III	1 500	21 000	2 355	16 335	2 273	16 417	-82	82
IV	1 700	23 800	3 018	18 164	2 907	18 275	-111	111
V	2 000	28 000	4 129	20 791	3 943	20 977	-186	186
VI	2 500	35 000	6 402	24 748	6 159	24 991	-243	243
VI	3 000	42 000	8 790	28 590	8 586	28 794	-204	204
VII	3 500	49 000	11 126	32 484	10 803	32 807	-324	324
VIII	5 000	70 000	19 441	42 859	19 094	43 206	-347	347
IX	10 000	140 000	49 733	74 867	49 286	75 314	-447	447
Pressupostos: atualização dos escalões a 3,51%; atualização do IAS 2,5%; redução de taxa do 2.º ao 5.º escalões de 0,3p.p.; sem aumento salarial de 2025 para 2026 Incluí dedução à coleta de Euro 250 por sujeito passivo "Rendimento líquido" corresponde ao "Salário Anual" deduzido do "IRS" e das contribuições para a Segurança Social.								

Casados, com 2 dependentes com mais de 6 anos | Dedução por dependentes: Euro 1.200

2025					2026		Variação 2025-2026	
Escalão	Salário mensal	Salário Anual	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido
II	2 300	32 200	1 460	27 198	1 385	27 273	-75	75
III	2 600	36 400	2 306	30 090	2 159	30 237	-146	146
III	3 000	42 000	3 510	33 870	3 346	34 034	-163	163
IV	3 400	47 600	4 836	37 528	4 614	37 750	-222	222
V	4 000	56 000	7 058	42 782	6 686	43 154	-372	372
VI	5 000	70 000	11 603	50 697	11 118	51 182	-485	485
VI	6 000	84 000	16 379	58 381	15 972	58 788	-408	408
VII	7 000	98 000	21 053	66 167	20 405	66 815	-647	647
VIII	10 000	140 000	37 683	86 917	36 988	87 612	-695	695
IX	20 000	280 000	98 266	150 934	97 371	151 829	-894	894
Pressupostos: atualização dos escalões a 3,51%; atualização do IAS 2,5%; redução de taxa do 2.º ao 5.º escalões de 0,3p.p.; sem aumento salarial de 2025 para 2026 Inclui dedução à coleta de Euro 250 por sujeito passivo “Rendimento líquido” corresponde ao “Salário Anual” deduzido do “IRS” e das contribuições para a Segurança Social.								

Solteiro, com 1 dependente com menos de 3 anos | Dedução por dependente: Euro 726

2025					2026		Variação 2025-2026	
Escalão	Salário mensal	Salário Anual	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido
II	1 150	16 100	604	13 725	567	13 762	-37	37
III	1 300	18 200	1 027	15 171	954	15 244	-73	73
III	1 500	21 000	1 629	17 061	1 547	17 143	-82	82
IV	1 700	23 800	2 292	18 890	2 181	19 001	-111	111
V	2 000	28 000	3 403	21 517	3 217	21 703	-186	186
VI	2 500	35 000	5 676	25 474	5 433	25 717	-243	243
VI	3 000	42 000	8 064	29 316	7 860	29 520	-204	204
VII	3 500	49 000	10 400	33 210	10 077	33 533	-324	324
VIII	5 000	70 000	18 715	43 585	18 368	43 932	-347	347
IX	10 000	140 000	49 007	75 593	48 560	76 040	-447	447
Pressupostos: atualização dos escalões a 3,51%; atualização do IAS 2,5%; redução de taxa do 2.º ao 5.º escalões de 0,3p.p.; sem aumento salarial de 2025 para 2026 Inclui dedução à coleta de Euro 250 por sujeito passivo “Rendimento líquido” corresponde ao “Salário Anual” deduzido do “IRS” e das contribuições para a Segurança Social.								

Casados, sem dependentes

2025					2026		Variação 2025-2026	
Escalão	Salário mensal	Salário Anual	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido
II	2 300	32 200	2 660	25 998	2 585	26 073	-75	75
III	2 600	36 400	3 506	28 890	3 359	29 037	-146	146
III	3 000	42 000	4 710	32 670	4 546	32 834	-163	163
IV	3 400	47 600	6 036	36 328	5 814	36 550	-222	222
V	4 000	56 000	8 258	41 582	7 886	41 954	-372	372
VI	5 000	70 000	12 803	49 497	12 318	49 982	-485	485
VI	6 000	84 000	17 579	57 181	17 172	57 588	-408	408
VII	7 000	98 000	22 253	64 967	21 605	65 615	-647	647
VIII	10 000	140 000	38 883	85 717	38 188	86 412	-695	695
IX	20 000	280 000	99 466	149 734	98 571	150 629	-894	894
Pressupostos: atualização dos escalões a 3,51%; atualização do IAS 2,5%; redução de taxa do 2.º ao 5.º escalões de 0,3p.p.; sem aumento salarial de 2025 para 2026 Inclui dedução à coleta de Euro 250 por sujeito passivo "Rendimento líquido" corresponde ao "Salário Anual" deduzido do "IRS" e das contribuições para a Segurança Social.								

Casados, com 1 dependente entre 3 e 6 anos | Dedução por dependente: Euro 600

2025					2026		Variação 2025-2026	
Escalão	Salário mensal	Salário Anual	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido	Imposto	Rendimento Líquido
II	2 300	32 200	2 060	26 598	1 985	26 673	-75	75
III	2 600	36 400	2 906	29 490	2 759	29 637	-146	146
III	3 000	42 000	4 110	33 270	3 946	33 434	-163	163
IV	3 400	47 600	5 436	36 928	5 214	37 150	-222	222
V	4 000	56 000	7 658	42 182	7 286	42 554	-372	372
VI	5 000	70 000	12 203	50 097	11 718	50 582	-485	485
VI	6 000	84 000	16 979	57 781	16 572	58 188	-408	408
VII	7 000	98 000	21 653	65 567	21 005	66 215	-647	647
VIII	10 000	140 000	38 283	86 317	37 588	87 012	-695	695
IX	20 000	280 000	98 866	150 334	97 971	151 229	-894	894
Pressupostos: atualização dos escalões a 3,51%; atualização do IAS 2,5%; redução de taxa do 2.º ao 5.º escalões de 0,3p.p.; sem aumento salarial de 2025 para 2026 Inclui dedução à coleta de Euro 250 por sujeito passivo “Rendimento líquido” corresponde ao “Salário Anual” deduzido do “IRS” e das contribuições para a Segurança Social.								

AEP e Confederação do Turismo pedem reformas

AEP considera que fazem falta medidas para o crescimento. CTP reconhece alívio fiscal mas pede reformas na Administração Pública.

TEXTO **NUNO BRAGA**

A AEP - Associação Empresarial de Portugal manifestou, em comunicado, a sua desaprovação em relação à proposta de Orçamento do Estado para 2026 apresentada pelo Governo. A associação considera que o Orçamento não inclui medidas suficientes para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento económico do país, destacando a importância de uma orientação mais centrada nas empresas, essenciais para a criação de emprego e riqueza.

“O Orçamento do Estado deveria refletir uma orientação macroeconómica mais centrada nas empresas”, afirma a AEP. Embora reconheça algumas propostas positivas, critica a redução da carga fiscal em apenas uma décima, o que resulta numa comparação desfavorável com outros países europeus. O presidente da AEP, Luís Miguel Ribeiro, alerta que o atual nível de tributação compromete a atratividade do investimento, tanto nacional como estrangeiro. A AEP defende que uma “Administração Pública mais eficiente” poderia reduzir a receita fiscal necessária para



Confederações patronais pedem reformas do Estado.

equilibrar as contas públicas, mas aponta que a proposta do Governo não demonstra ganho de eficiência. Para a associação, promover o crescimento económico é crucial para aumentar a receita fiscal de forma sustentável, e destaca a necessidade de maior flexibilidade laboral e eliminação da burocracia excessiva que prejudica empresas e cidadãos. Já Francisco Calheiros, presidente da Confederação do Turismo de Portugal (CTP), reconheceu o alívio fiscal, mas alertou que isso limita a capacidade do

Governo de realizar investimentos necessários. A CTP realça a urgência da reforma administrativa no Orçamento, considerando-a fundamental para modernizar o Estado e aumentar a produtividade das empresas. A proposta do OE2026 será discutida entre 27 e 28 de outubro, com a votação final agendada para 27 de novembro. As associações empresariais esperam que a discussão parlamentar resulte em medidas que promovam um desenvolvimento económico mais competitivo e sustentável.

Governo promete AIMA “funcional”

O Governo compromete-se a transformar a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) numa entidade funcional e eficiente, capaz de garantir decisões tempestivas, reduzir a burocracia e assegurar a confiança no sistema de entrada e permanência dos imigrantes”. Para tal, destina 74 milhões de euros, num orçamento total de 91 milhões de euros para “regular a imigração”. O aumento é de 55 milhões face ao Orçamento de Estado 2025, quando forma destinados 19 milhões para a AIMA. O valor significa uma subida de 289,5%, sendo os objetivos semelhantes ao do ano passado.

Segundo o OE2026, a AIMA “continuará a ser reestruturada, prosseguindo o reforço de meios humanos e tecnológicos que permitam decisões céleres, justas e eficazes”. O Governo também garante a “eliminação das pendências acumuladas em entidades públicas e a agilização de procedimentos, assegurando a sua eficácia e o pleno respeito pela lei e pelos direitos de quem nos procura”.

AMANDALIMA

BREVES

Impostos indiretos crescem 4,9%

A receita dos impostos indiretos vai aumentar em 2026, na ordem de 4,9%, para 37,5 mil milhões de euros. O Governo prevê que esta receita atinja os 35.824 milhões de euros em 2025. O Executivo antevê ainda que a receita fiscal (soma dos impostos diretos e indiretos) suba 4,4% em 2026, por comparação com o ano anterior. Assim sendo, deverá atingir 67.065 milhões de euros. O IVA vai voltar a registar o maior volume de receita. A proposta aponta para uma subida de 5,1%, em 2026, até aos 27.489 milhões de euros. O Imposto sobre os produtos petrolíferos avança 4,6% e atinge os 4.254 milhões de euros (4.067 milhões previstos para 2025).

Justiça tem 87,4 milhões para obras

O Orçamento do Estado 2026 prevê a dotação de 2027,5 milhões de euros na receita e na despesa, o que significa um aumento de 13,5% face ao ano de 2025. O pagamento de pessoal continua a ser a maior despesa, que representa 65,1% do total e 1 320,9 milhões de euros. Trata-se de uma subida de 5,1% na comparação com o ano anterior. Estão previstos 87,4 milhões de euros para investimentos na área da justiça. Destes, 36,8 milhões de euros são destinados para obras de requalificação e construção de prédios no Ministério da Justiça. Há ainda 20,2 milhões de euros referentes a verbas orçamentadas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Orçamento da Cultura cresce 22% para 638,1 milhões, incluindo PRR

O Governo prevê uma verba de 638,1 milhões de euros para a Cultura na proposta de OE para 2026. Trata-se de um aumento de 21,9% face à estimativa de execução no corrente ano, de 523,6 milhões de euros. As verbas do PRR representam 216,2 milhões de euros. O reforço orçamental tem como objetivo cumprir objetivos já assumidos, diz o executivo. “É o caso da regulamentação da gestão do Fundo de

Fomento Cultural, essencial para garantir maior transparência, previsibilidade e rigor no apoio à cultura”, diz. O Governo afeta 345 milhões de euros para a “promoção da criação artística e democratização do acesso à cultura”, 36 milhões para a “proteção e valorização do património cultural”, e 51 milhões de euros para a “promoção da criação literária, da leitura e do património arquitectónico”. **CARLA ALVES RIBEIRO**

Litígios nos setores rodoviário e ferroviário valem 1,4 mil milhões

O valor global dos pedidos de reposição do equilíbrio financeiro apresentados e dos pedidos formulados nos litígios em curso, submetidos por concessionárias e subconcessionárias rodoviárias, ascende a 1243,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 4,1 milhões de euros face ao valor global de riscos e contingências indicado no Relatório do Orçamento do Estado para 2025, de

acordo com o relatório que acompanha a proposta de Orçamento do Estado para 2026.

O Executivo destaca ainda o pagamento provisório de 18,6 milhões de euros no âmbito do processo da Rotas do Algarve Litoral, “o que reduz o valor desta contingência de 349,6 milhões de euros”. Já o setor ferroviário apresenta um montante global de litígios de 198,9 milhões de euros. **RUTESIMÃO**

Educação aposta em integração e reorganização

A Educação vai ter uma dotação de 7543,1 milhões de euros para o próximo ano, o que se traduz, segundo a proposta do Orçamento de Estado ontem conhecida, num aumento de receita de 4,4% (317,3 milhões de euros) e 4,5% (324,5 milhões de euros) na despesa, face à execução estimada até ao final de 2025. O ministério liderado por Fernando Alexandre refere que tem como objetivo “possibilitar o acesso a uma educação de qualidade em todo o território nacional”.

Nos vários pontos que estão em destaque no documento evidencia-se a reforma do sistema de ação social já prevista no programa do Ensino Superior para o ano letivo de 2025/26, a reorganização dos serviços, a qualificação dos portugueses e o reforço do investimento em ciência e inovação. É, também, defendida uma “redistribuição de responsabilidades que confere maior autonomia aos municípios e agrupamentos escolares”.

O reforço de vagas para a educação pré-escolar é outro dos objetivos.

Quanto à questão orçamental, de acordo com os dados divulgados, as despesas com pessoal representam 82,3% (uma dotação de 6209,1 milhões de euros), com um acréscimo de 207,4 milhões de euros para 2026, em relação ao ano atual, que, garante o ministério, serão destinados “ao financiamento da valorização das carreiras, da recuperação do tempo de serviço dos professores e da contratação de pessoal docente”.

Outra das apostas é a integração de alunos (457 milhões de euros) e o ensino particular e cooperativo vai receber 210 milhões de euros (mais 3,6% em comparação com 2025). **C.F.**



Ministra recebe mais dinheiro mas tem de reduzir listas e tempos de espera.

Saúde recebe mais 1,5% para SNS ser “mais ágil e justo”

Ministério da Saúde vai receber 17,3 mil milhões de euros. O objetivo do Governo é levar a cabo a “reforma estrutural do SNS”.

TEXTO ANA MAFALDA INÁCIO

De acordo com o documento entregue ontem no Parlamento, o Programa Orçamental da Saúde evidencia uma despesa consolidada de 17,3 mil milhões de euros e uma despesa efetiva consolidada de 17,23 mil milhões de euros, um aumento na ordem dos 1,5% face a 2025 e a 16,8 mil milhões de euros. O compromisso, tal como é referido no relatório por áreas, é o de levar a cabo “uma reforma estrutural do Serviço Nacional de Saúde”, e com a prioridade de apostar nos profissionais, na melhoria dos tempos de espera e na construção e reabilitação de infraestruturas para acabar com “as assimetrias existentes no país”.

O mesmo documento explica ainda que a receita alcançada advém sobretudo dos impostos dos portugueses, uma fatia que totaliza cerca de 15 221,9 milhões de euros, dos quais 14 935,8 milhões de euros respeitam ao financiamento do SNS em dotação específica, mais 1,289,5 milhões de receitas próprias, mais 655 milhões de fundos europeus e mais 239 milhões de transferências de outras entidades.

Este programa orçamental destaca ainda que a verba destinada

ao setor está repartida maioritariamente por duas áreas, despesas com o pessoal (44,9%), tendo esta aumentado 5%, e com a aquisição de bens e serviços (45,7%), embora esta tenha reduzido em 10%.

Em 2026, o Governo quer “modernizar infraestruturas e equipamentos através de um Plano Plurianual de Investimentos em Saúde, reduzindo assimetrias regionais, reforçando cuidados primários e hospitalares, concretizando projetos estratégicos e requalificando unidades locais de saúde e maternidades”, garantindo ainda que ser seu objetivo “reduzir tempos de espera, assegu-

rando o cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos em consultas, cirurgias e meios complementares de diagnóstico, com prioridade à oncologia e às especialidades de maior procura”.

Com este orçamento, a Saúde pretende “expandir os cuidados de proximidade, alargando a cobertura por médico de família, reforçando as unidades de saúde familiar de modelos B e C, estabelecendo convenções com o setor privado e social para a atribuição de médico de família, ampliando a hospitalização domiciliária e fortalecendo as redes de cuidados continuados integrados e paliativos”. Outra prioridade é “a transformação digital na saúde, promovendo a interoperabilidade de sistemas, a teleconsulta e a monitorização remota de doentes crónicos, consolidando a utilização do Registo de Saúde Eletrónico Único”. Outra aposta é a “valorização dos profissionais, implementando novos modelos de incentivo à fixação em zonas e unidades de saúde carenciadas e investindo na formação contínua, promovendo modelos de flexibilidade, num padrão que reconhece mérito e responsabilidade”.

Despesas com pessoal representam 44,9% do total. Aquisições de bens e serviços valem 45,7% dos 17 mil milhões de euros que a Saúde vai receber em 2026

BREVES

Imposto adicional da banca termina

O ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, anunciou esta quinta-feira que o Orçamento do Estado para 2026 não vai incluir o imposto adicional de solidariedade que foi aplicado aos bancos desde 2020. Este imposto foi contestado pelo sector financeiro e a Justiça decidiu que a sua aplicação é inconstitucional, pelo que o Estado terá de devolver cerca de 200 milhões de euros aos bancos, tal como o DN noticiou em primeira mão na sua edição de 17 de julho. “Iremos revisar esse tema da contribuição para o sector”, dado que será necessário devolver 200 milhões, disse o ministro. **F.A.**

Trabalhadores com aumentos acima de 3,6%

“Creio que a esmagadora maioria dos trabalhadores terá aumentos salariais superiores a 3,6%, terá um desagravamento fiscal” este ano, disse o ministro das Finanças na apresentação da proposta de OE2026. A redução na fatura do IRS, este ano, surge na sequência de um conjunto de medidas tomadas no OE 2025 e de outras, legisladas já depois, em julho, que aliviaram mais a carga do imposto. Já no próximo ano, as benesses devem ser muito menores. Segundo a proposta de OE, “em 2026, prevê-se que o valor da receita fiscal em sede de IRS aumente para 19.496 milhões de euros, o que representa um crescimento de 5% face à execução estimada para 2025, traduzindo-se em mais 937 milhões de euros”. **N.V.**

Venda da TAP de fora do OE para acautelar negociações

O ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, afirmou esta quinta-feira que o valor da eventual privatização parcial da TAP não está incluído na proposta de Orçamento do Estado para 2026, porque isso teria impacto nas negociações com os investidores interessados. Quando houver a venda, “esse valor não tem qualquer impacto no saldo orçamental”, sublinhou Miranda Sarmento na conferência de imprensa de apresentação do documento orçamental. A privatização de até 49% do capital da TAP foi lançada recentemente e o Governo espera ter o processo concluído no primeiro semestre de 2026. **N.V.EL.R.R.**

Ministérios passam a ter cativação orçamental de 5%

ALTERAÇÃO Miranda Sarmento disse que todos os ministérios vão ter cativação de 5% da despesa, à cabeça.

Todos os ministérios deste Governo, “sem exceção”, vão ter uma cativação/reserva orçamental de 5% [da despesa de cada programa ministerial], prevê o Orçamento do Estado para 2026 (OE 2026) e confirmou o ministro Joaquim Miranda Sarmento, esta quinta-feira, na conferência de imprensa de apresentação do documento orçamental. “Até aqui, o que existia até 2024, e que nós fomos alterando em 2025, era uma reserva setorial em que alguns ministérios estavam excluídos dessa reserva”, acrescentou Joaquim Miranda Sarmento. O ministro das Finanças não o disse, mas é o caso dos ministérios da Saúde e da Educação, que estavam isentos dessa regra (na parte que diz respeito às despesas clínicas e diretamente rela-

cionadas com as escolas, por exemplo). O OE 2026 vem alterar radicalmente este aspeto. “Em vez de termos uma reserva setorial com exceções, vamos passar a ter uma percentagem de 5% que será uma reserva para cada ministério, mas que depois cada ministro decidirá usar ou não em função do que sejam as necessidades de cada um”, disse Joaquim Miranda Sarmento. Segundo a proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano, existe um “aumento na rubrica de outras despesas correntes” que “decorre da constituição de uma nova reserva orçamental, no âmbito de cada Programa Orçamental na Administração Central, visando uma maior autonomia na gestão orçamental no seio da própria área setorial”. **NUNO VINHA E LUÍS REIS RIBEIRO**

Famílias terão mais apoio às rendas

O governo estabeleceu “três grandes objetivos estratégicos” para a habitação na proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2026 (OE 2026). Para responder à crise habitacional do país, o executivo propõem-se aumentar e diversificar a oferta de casas a preços acessíveis e reforçar o parque habitacional público; simplificar o processo de controlo urbanístico e dar estabilidade legislativa; e, por último, promover o acesso digno à habitação, com inclusão e proteção dos mais vulneráveis. No âmbito do mercado de arrendamento, o governo de Luís Montenegro prevê “reforçar a segurança e estabilidade do mercado de arrendamento por via legislativa”. Também se propõe proteger as “famílias em situação de especial vulnerabilidade”, através do “aumento no valor médio do apoio mensal por agregado”. Outra das medidas é a promoção de oferta de arrendamento acessível, com o incremento do número de contratos celebrados ao abrigo deste regime. Na habitação pública, o objetivo é aumentar a oferta. Estão previstos, para 2026, 930 milhões de euros em programas públicos de promoção e reabilitação, que irão abranger 22 mil pessoas. Em simultâneo, compromete-se a mobilizar património público para construção de casas. Quanto ao licenciamento urbanístico, o governo avança que “estará focado na modernização administrativa [...] e na revisão normativa”. Segundo o documento, irá investir “na digitalização e simplificação de processos, incluindo a implementação de uma plataforma única nacional para o licenciamento. **S.S.P.**

PJ tem 305 milhões, com foco na I.A. novas ameaças

A Polícia Judiciária (PJ) terá um orçamento de 305 milhões de euros em 2026, com o primeiro objetivo de “combater a criminalidade mais grave e complexa”, sendo o indicador utilizado o número de operações realizadas. O Governo pretende reforçar os meios táticos e operacionais da PJ, com aquisição de 300 unidades de armamento e munições, dez equipamentos táticos especializados e 100 viaturas. “Estas aquisições visam dotar os serviços de investigação de melhores condições para o desempenho das suas funções, nomeadamente em operações de elevada complexidade e risco”, lê-se no relatório do Orçamento do Estado. Outros investimentos são na área tecnológica, com “foco na IA e computação quântica”, mediante a aquisição de servidores e equipamentos, “implementação de soluções inovadoras para mitigar ou neutralizar o risco de ciberameaças”. Um dos indicadores utilizados será o número de profissionais da PJ formados para operar ferramentas de IA. Na área forense, o Ministério da Justiça pretende “modernizar a atividade laboratorial forense da PJ”, com a compra de “soluções inovadoras de descriptação”. Assim, se pretende “aumentar a eficácia da recolha e análise de prova digital em contexto criminal”. Outra meta é aumentar a eficácia das investigações criminais, através “da melhoria dos meios técnicos”. Ficou definida uma meta de alcançar “uma taxa de 90% de investigações concluídas dentro dos prazos legais e com qualidade processual adequada”. **AMANDA LIMA**



Defesa recebe 3,7 mil milhões de euros, mais 14,8%

O Programa Orçamental da Defesa determina uma despesa consolidada de 3771,9 milhões de euros, o que excede em 14,8% a estimativa de 2025, e uma despesa efetiva

consolidada de 3769,4 milhões de euros, com igual aumento percentual. Um orçamento que, na linha das metas definidas pela NATO, começa a preparar o país e as suas Forças Armadas para

as guerras. De destacar o aumento de 54,5 milhões de euros afetos às despesas com as Forças Nacionais Destacadas, de 93,5 milhões para 148 milhões de euros. **V.M.**

Orçamento da Segurança Interna aumenta 11,4%

Governo promete capacitar forças e serviços de segurança, com 134,9 milhões de euros para infraestruturas e equipamentos.

TEXTO VALENTINA MARCELINO

Sendo a segurança um ponto forte da agenda política do atual Governo, não é, pois, uma surpresa que o orçamento para 2026 para o setor tenha tido um aumento. O Programa Orçamental da Segurança Interna apresenta um total de 3198,6 milhões de euros de previsão de receita total consolidada e de 3162,7 milhões de euros de dotação de despesa total consolidada, representando um acréscimo de 11,3% face à estimativa de execução até final de 2025, segundo o relatório do Orçamento do Estado para 2026 (OE2026), apresentado nesta quinta-feira, dia 9 de outubro.

De salientar o reforço da aquisição de bens e serviços num montante de 134,9 milhões de euros relativo à Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos para as Forças e Serviços de Segurança, representando uma subida de 36,8%, o mais elevado das dotações específicas.

“O Governo estabeleceu no seu programa para a legislatura uma estratégia de valorização e capacitação das forças e serviços de segurança e de aposta no policiamento mais próximo e efi-



Governo pretende reorganizar funções na PSP e na GNR.

caz, garantindo a articulação com as autarquias locais e com as polícias municipais”, é escrito. Acrescenta-se ainda que há a intenção de uma “reorganização de funções na PSP e na GNR, contemplando a libertação dos operacionais de tarefas administrativas e a modernização de infraestruturas e equipamentos, com incorporação de tecnologia de ponta”.

Está ainda assumido no docu-

mento o compromisso de “reforçar significativamente o efetivo das forças de segurança, de investir na melhoria das suas infraestruturas e equipamentos, melhorando a taxa de execução do respetivo Decreto-Lei de Programação, de incrementar a utilização de videovigilância e vigilância eletrónica e de promover a sua formação nas áreas de violência doméstica e do namoro, entre outras”.

Negócios Estrangeiros com reforço de 10,7%

O Ministério dos Negócios Estrangeiros, liderado por Paulo Rangel, terá uma dotação de 485,4 milhões de euros para 2026, valor que, segundo o Relatório do Orçamento do Estado divulgado esta quinta-feira, 9 de outubro, representa um crescimento de 10,7% face à estimativa de 2025. Deste valor, 398,8 milhões têm origem em receitas de impostos.

O objetivo estratégico da diplomacia portuguesa para o próximo ano é, de acordo com o mesmo documento, reforçar a posição e relevância política e geoestratégica do país no cenário internacional. É ainda sublinhado que “o apoio aos esforços de reconstrução da Ucrânia continuará a constituir também uma prioridade”.

O programa de política externa e assuntos europeus terá uma dotação de 92 milhões de euros, sendo a maior fatia (86 milhões) destinada a uma das “grandes apostas deste governo a curto prazo” - a candidatura de Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas no biénio 2027-2028. **ANAMEIRELES**

BREVES

442 milhões para promover turismo

O Governo vai investir 532 milhões de euros num plano bipartido de promoção turística de Portugal. “A estratégia do Governo é estruturada em dois pilares: a projeção do destino Portugal no mundo, potenciando os ativos endógenos e a promoção do turismo a nível regional, como instrumento de coesão territorial”, lê-se na proposta do Orçamento do Estado para 2026 (OE2026), entregue esta quinta-feira, 9 de outubro, no Parlamento. A maior fatia do orçamento é alocada à componente internacional, denominada de ‘Projeção do destino Portugal no Mundo’, com 442 milhões. **Rute Simão**

Dívida pública vai descer para 87,8% do PIB

O peso da dívida pública vai cair de 90,2% em 2025 para 87,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, indo assim mais longe do que todas as previsões das principais instituições. O valor deste ano fica igual ao reportado a Bruxelas em setembro (no reporte dos défices), em 90,2% este ano, mas no próximo ano, o peso do endividamento público deve cair para 87,8% do PIB no ano que vem, abaixo dos 89,4% em 2026 do Conselho das Finanças Públicas (CFP), dos 88,4% do Banco de Portugal (BdP), dos 89,7% previstos pela Comissão Europeia (CE) ou mesmo dos 87,9% projetados em abril pelo Fundo Monetário Internacional. **N.V.EL.R.R.**

RTP e Lusa vão receber 28 milhões de euros em 2026

A despesa do Governo em subsídios e indemnizações compensatórias para a comunicação social totalizará 45 milhões de euros no próximo ano. Mais de metade do valor será alocado aos planos de reestruturação da RTP e da Lusa, de acordo com a proposta do Orçamento do Estado para 2026 (OE2026), entregue esta quinta-feira, 9 de outubro, no Parlamento. No caso da estação pú-

blica de rádio e televisão, o documento prevê 20 milhões de euros para a reorganização e modernização da RTP. Para a estação está ainda prevista uma transferência no valor de 211,1 milhões de euros, provenientes da contribuição audiovisual.

Já a reestruturação da Lusa custará oito milhões de euros. Em 2024, o Estado aumentou a sua participação na empresa, de 50,2% para 97,3%. **RUTESIMÃO**

Plano de Ação da Comunicação Social vai receber 17 milhões

Serão alocados 17 milhões de euros ao Plano de Ação da Comunicação Social. “O Plano de Ação para a Comunicação Social continuará a ser executado e, em função da respetiva avaliação, será revisto. As prioridades incluem a promoção da sustentabilidade e qualidade deste setor fundamental numa democracia livre e plural, a garantia da coesão territorial e a literacia mediática no acesso à in-

formação e comunicação social, o apoio à transição para a era digital e a valorização da profissão de jornalista e do papel dos meios regionais e locais”, explica o Executivo.

Este plano foi apresentado há um ano e ficou marcado pela polémica sobre o fim da publicidade na RTP, medida defendida pelo Executivo e que acabou, mais tarde, por bater na trave no Parlamento. **RUTESIMÃO**

Curry e os outros: NBA vai começar com os maiores salários de sempre

Época 2025/26 arranca dia 21 com recorde de jogadores a ganharem mais de 30 milhões de dólares por ano. O veterano dos Warriors encabeça, como de costume, a lista milionária

TEXTO **JOÃO ALMEIDA MOREIRA** geral@dinheirovivo.pt

Stephen Curry, 37 anos, dos Golden State Warriors, é o jogador mais bem pago à partida para a 80ª temporada da NBA, o campeonato profissional de basquetebol norte-americano, cujo início está marcado para terça-feira, 21 de outubro. E a lista, compilada pelo site Hoops Rumors, só se refere aos salários dos atletas, sem contar com bónus e incentivos, e à época que aí vem, 2025/26, deixando de lado aumentos previstos em contrato para as temporadas seguintes.

Pela primeira vez na história, o top-50 é constituído apenas por atletas com ordenados superiores a 30 milhões de dólares. Aliás, mesmo o 51º e o 52º mais bem pagos ultrapassam essa faixa salarial. Números gerais de 2024, os únicos disponíveis, já apontavam para 5,1 mil milhões totais de gastos em salários, 31% a mais do que em 2022.

Curry, com 59.606 milhões, é então o número um, seguido de três estrangeiros, o camaronês Joel Embiid, dos Philadelphia 76ers, e o sérvio Nikola Jokic, dos Denver Nuggets, ambos empatados com 55.224 milhões, e o greco-nigeriano Giannis Antetokounmpo, dos Milwaukee Bucks, que ganha 54,126.

Segue-se Jimmy Butler, o segundo jogador dos Warriors da lista, razão pela qual a equipa de São Francisco é a que tem a folha de pagamentos mais alta da NBA.

Segundo o ranking da Forbes das equipas mais valiosas, que começou a ser produzido na época 1991/92, não são, no entanto, os Warriors, cujo valor total é de 8.8 mil milhões de



dólares, os mais bem avaliados e sim os vizinhos Los Angeles Lakers, únicos no clube dos 10 mil milhões.

Os New York Knicks, os Boston Celtics, os Los Angeles Clippers, os Chicago Bulls, os Houston Rockets, os Brooklyn Nets, os Dallas Mavericks e os citados Sixers de Philadelphia

completam o top-10, todos na casa dos quatro ou cinco mil milhões.

O que faz da NBA uma prova especialmente equilibrada é que os Memphis Grizzlies, os mais "pobrezinhos", são avaliados ainda assim em três mil milhões, um acréscimo de 25% face ao ano anterior e não tão distantes do grosso do pelotão. Aliás, o Oklahoma City Thunder, que parte para este ano como campeão em título, tem apenas o 21º plantel mais valioso.

Por isso, nos últimos sete anos, sete equipas diferentes levantaram o troféu no final, uma democratização sem paralelo nos outros desportos americanos de topo - e na maioria das grandes ligas de futebol.

Sem paralelo e sem precedentes também na história da própria competição, habituada a ter "dinastias", isto é equipas dominadoras por longos períodos, como os Bulls, no tempo de Michael Jordan, ou os Lakers e os Celtics, conduzidos, respetivamente, por Magic Johnson e Larry Bird anos antes, já para não falar dos nove títulos seguidos da equipa de Boston nos anos 50 e 60 sob a batuta do treinador-dirigente Red Auerbach e do craque Billy Russell.

"Uma liga financeiramente saudável e competitiva resulta em equipas mais fortes e num produto geral de maior qualidade", escreve Amir Somoggi, diretor da Sports Value, referindo-se a mecanismos como o sistema de draft, em que os mais fracos podem escolher primeiro as novas contratações, e a distribuição igualitária de lucros em direitos de TV, patrocínios e merchandising.

OPINIÃO
Luís Miguel Ribeiro

Os inevitáveis temas centrais do OE '26

A fiscalidade é sempre um tema central em contexto de Orçamento do Estado, e o de 2026 não é exceção. A sua centralidade mantém-se, pois Portugal continua a comparar muito mal com outros países da OCDE naquilo que diz respeito às taxas, ao esforço e à complexidade fiscal.

Para além da desejável redução da tributação sobre as empresas, com implicações na melhoria da atratividade do investimento, incluindo o direto estrangeiro, deve estar em cima da mesa a diminuição da tributação sobre o rendimento dos trabalhadores, pelas implicações diretas no poder de compra (rendimento líquido) e na capacidade de fixar e atrair pessoas. Defender que o Estado não pode perder receita fiscal não é um argumento totalmente válido. A criação do Ministério da Reforma do Estado pode e deve contribuir para uma Administração Pública mais eficiente, que absorva menos recursos, o que exigirá menos receita para equilibrar as contas públicas. O caminho tem de ser no sentido de promover o crescimento económico. Se tivermos a ambição de fazer crescer a economia, essa dinâmica proporcionará ao Estado, de uma forma saudável, arrecadar mais receita fiscal e contributiva. Esta é a estratégia que deve estar vertida no Orçamento do Estado para 2026 (OE '26), com a determinação de se fazer um caminho diferente.

Embora a discussão da legislação laboral possa surgir à margem do OE '26, garantir condições de flexibilidade laboral é crucial para a melhoria da competitividade, num mundo em acelerada mudança, onde o tecido empresarial se está a adaptar de forma contínua, pelo que as pessoas também têm de se adaptar. Transversal a tudo isto, há o gigante desafio de eliminar a excessiva burocracia, impondo-se a simplificação e desburocratização de todo o enquadramento na relação do setor público com as empresas e os cidadãos.

São estas as diretrizes que integram o conjunto de propostas da AEP para o OE '26 e que aguardamos, com forte expectativa, pela sua concretização. Num período de elevada incerteza internacional, com destaque para as tensões geopolíticas – a nível militar e comercial – a política orçamental assume um papel ainda mais relevante, devendo criar condições para mitigar os impactos negativos deste enquadramento tão adverso.

Presidente da AEP – Associação Empresarial de Portugal

O caminho tem de ser no sentido de promover o crescimento. Se tivermos a ambição de fazer crescer a economia, o Estado vai arrecadar mais